

SINERGIAS E CONFLITOS ENTRE DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA¹

Claire Marie Thuillier Cerdan²
Mariana Aquilante Policarpo³

Resumo:

O artigo oferece uma síntese dos principais resultados de um projeto vinculado a um programa de pesquisas comparativas sobre *Dinâmicas Territoriais Rurais na América Latina*. A zona costeira do Estado de Santa Catarina foi assumida como unidade experimental de análise, com base num modelo que leva em conta as complexas inter-relações envolvendo *stakeholders*, arranjos institucionais e modalidades de apropriação e uso da base de recursos naturais costeiros. As autoras caracterizam os múltiplos efeitos das dinâmicas processadas no litoral catarinense em termos de crescimento econômico, de inclusão social, de descentralização política, de valorização da bio/sociodiversidade e, também, de viabilidade socioecológica. Num primeiro momento, são mapeadas as principais características do litoral catarinense, levando em conta as profundas transformações que têm marcado sua evolução nas últimas décadas. Em seguida, são evidenciados (i) a coexistência de três dinâmicas territoriais bem articuladas; e (ii) os fatores explicativos dessas dinâmicas, sob o pano de fundo da especificidade da trajetória de desenvolvimento do litoral catarinense. O texto coloca em destaque as relações de sinergia/dependência/concorrência entre essas dinâmicas e reúne evidências que atestam que esse fenômeno tem favorecido o surgimento de novas coalizões, de novas iniciativas públicas ou privadas, de novos projetos coletivos e de dinâmicas territoriais híbridas. Neste sentido, as autoras identificam um conjunto de iniciativas de valorização do patrimônio cultural, num processo voltado para a melhoria das oportunidades de inclusão socioeconômica e sociopolítica das comunidades tradicionais de pescadores e agricultores familiares de origem açoriana sediados na

¹ Artigo apresentado oralmente no VI Congresso Internacional sobre Sistemas Agroalimentares Localizados - os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global, realizado em maio de 2013, em Florianópolis, SC, Brasil. Os autores agradecem à equipe que colaborou na implementação deste estudo: Melissa Vivacqua, Adinor Capellesso, Helio Castro Rodrigues, Benjamin Martinel, Eduardo Cordeiro, Anais Lesage, Francisca Meynard, Aglair Pedrosa, Caetano Beber, Maíara Leonel Pereira, Sérgio Pinheiro e Paulo Freire Vieira, sem esquecer as contribuições de várias lideranças comunitárias sediadas no litoral catarinense.

² Doutora em Geografia Humana, Econômica e Regional pela Universidade de Paris-Nanterre, França. Professora do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil e pesquisadora do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), França. E-mail: claire.cerdan@cirad.fr

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: mariana_policarpo@hotmail.com



zona costeira. Finalmente, ressaltam que as novas políticas de desenvolvimento territorial rural em curso, atualmente, estão apontando no sentido da formação de um novo padrão de ação pública que parece depender, para a sua efetivação, de um incremento substancial da qualidade das iniciativas locais e também da consolidação de uma autêntica *comunidade cívica*.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável. Recursos territoriais costeiros. Sistemas produtivos localizados. Comunidades tradicionais. Comunidade cívica.

Introdução

Neste artigo, estão condensados os principais resultados alcançados por um projeto vinculado a um programa latino-americano de pesquisas comparativas sobre *Dinâmicas Territoriais Rurais-DTR*. A zona costeira do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, foi assumida como unidade de análise de *dinâmicas inovadoras de desenvolvimento rural com identidade cultural* (RANABOLDO; SCHEJTMAN, 2009). Procuramos avaliar em que medida as comunidades tradicionais de pescadores/agricultores de origem açoriana que habitam essa região vêm se inserindo no atual contexto de dinamização socioeconômica do litoral catarinense.

Neste sentido, as complexas inter-relações envolvendo (i) os padrões de interação dos vários atores sociais em jogo; (ii) os arranjos institucionais em vigor; e (iii) as modalidades de apropriação e uso da base de recursos naturais e culturais, constituíram as variáveis centrais utilizadas na busca de compreensão dos múltiplos efeitos dessas dinâmicas relativamente ao *ideal-regulativo* de compatibilização de critérios econômicos, sociais e ecológicos. Neste sentido, o enfoque analítico foi construído com base numa revisão da literatura recente sobre os conceitos de *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento territorial*.

No período de 2009 a 2010, foi realizado, inicialmente, um diagnóstico panorâmico da região em pauta, apoiado em pesquisas bibliográficas e análise documental. Na etapa seguinte, a equipe se concentrou na identificação de inovações sociotécnicas que poderiam ser consideradas pertinentes do ponto de vista do enfoque híbrido de *desenvolvimento territorial sustentável* (DTS) que adotamos. Investigamos também os padrões de interação envolvendo atores vinculados aos setores governamental, empresarial e da sociedade civil, como parte de uma análise *prospectiva* de alternativas de DTS. A coleta de dados primários contemplou a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e a participação da equipe em eventos (seminários e oficinas comunitárias) em duas

áreas com perfis contrastantes: o litoral centro-norte (LCN) e o litoral centro-sul (LCS). Ambos abrigam, respectivamente, quatro e três municípios, com uma população estimada atualmente em 249.387 habitantes (IBGE, 2010).

1 Características do modelo catarinense de desenvolvimento

No debate atual sobre as condições de viabilidade de estratégias territorializadas de desenvolvimento sustentável no Brasil, a singularidade da trajetória verificada no estado de Santa Catarina tem sido amplamente reconhecida, tanto na comunidade científica quanto na esfera governamental (VIEIRA, 2002). Trata-se de um dado importante na busca de compreensão dos fatores condicionantes das dinâmicas consideradas economicamente positivas⁴ no País.

Na literatura, três fatores condicionantes desses avanços têm sido destacados sobre o assunto.

- Inicialmente, a *singularidade do processo de colonização e a formação de um tecido social coesivo*. A ocupação do território catarinense iniciou-se com a instalação de imigrantes dos Açores (Portugal), entre os séculos XVII e XVIII, impondo suas características culturais à população indígena ali sediada. A partir da segunda metade do século XIX, ocorreu uma expressiva corrente imigratória europeia em Santa Catarina, composta de agricultores e artesãos, principalmente italianos e alemães. O espaço rural foi assim organizado com base em práticas agrícolas trazidas por estes imigrantes e caracterizadas pela predominância de pequenas explorações familiares (em lotes de até 30 hectares) de policultura-criação e artesanato-domiciliar. Ao longo dos vários ciclos econômicos, foram se intensificando as interações entre as diferentes comunidades (europeias e açorianas), sediadas no litoral e no interior do Estado. Esses processos favoreceram a formação de comunidades relativamente homogêneas, do ponto de vista da organização sociocultural, compartilhando uma história e uma ética do trabalho marcada pela valorização da autonomia local e das relações de ajuda mútua na esfera interfamiliar. Esse tecido social coesivo é considerado na literatura existente

⁴ O Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina se destaca pelo montante estimado, em 2006, em R\$ 93.173.498,37, correspondendo a um PIB per capita de R\$ 15.814, superior ao da média nacional (R\$12.688) (IBGE, 2006).

como um fator decisivo de resistência às crises cíclicas da economia, e a baixa intensidade das intervenções governamentais federais parece ter contribuído para reforçar tais tendências de crescimento econômico endógeno;

- em segundo lugar, o *desenvolvimento precoce de pequenas e médias manufaturas*. As primeiras manufaturas emergiram no final do século XIX, usufruindo da disponibilidade de mão-de-obra qualificada, da capacidade técnica e gerencial de pequenos empresários, da apropriação de capitais oriundos da comercialização de excedentes agrícolas e da existência de mercados locais. O processo foi acompanhado de uma progressiva divisão social do trabalho entre os núcleos urbanos, concentradores de atividades manufatureiras e comerciais, e as zonas rurais, com perfil agrícola e agropecuário. O forte dinamismo do setor secundário, representado pelos setores têxtil-vestuário, agroindustrial (suínos e aves) e de cerâmica, beneficiou-se de combinações criativas de um grande número de pequenas e médias empresas diversificadas, funcionando ao lado de grandes empresas dotadas de ampla visibilidade nos cenários nacional e internacional. Vale a pena ressaltar que este padrão assemelha-se aquele observado nas regiões nordeste e centro da Itália pelos teóricos do desenvolvimento territorial (PIORE; SABEL, 1989); e

- finalmente, as *inovações institucionais e sociais compatíveis com os pressupostos de um novo conceito de competitividade regional*. A partir da década de 1990, face à abertura dos mercados, a criação de várias cadeias produtivas industriais locais foi sendo estimulada por instituições públicas e privadas. Essas inovações apontam no sentido da diversificação setorial e do fomento de aglomerados geograficamente concentrados de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas (*clusters*). Desse modo, tornam-se mais nítidos os condicionantes do esforço investido na busca de integração progressiva das dinâmicas de desenvolvimento regional e na criação de novos arranjos institucionais, baseados em laços de confiança e solidariedade, além da preocupação pela inovação e pela qualificação técnica dos produtores.

Nessa mesma perspectiva, enquadra-se a concepção de novas estratégias de planejamento e gestão do desenvolvimento local/territorial por iniciativa do governo estadual – a exemplo das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) – ao lado da crescente disseminação da abordagem territorial do desenvolvimento rural, no campo das políticas públicas federais. Neste sentido, podemos afirmar que o novo

sistema de planejamento e de gestão implantado em Santa Catarina vem criando, em princípio, um quadro mais favorável à promoção de iniciativas locais, à inserção de novos atores públicos e à formação de novas coalizões nos espaços públicos.

Contudo, esse conjunto de fatores positivos, já no início dos anos 1980, começou a apresentar sinais de esgotamento, provocando uma crise de identidade que persiste ainda hoje. Neste sentido, importa insistir na identificação dos *impactos socioecológicos negativos* que acompanham essa trajetória.

Do ponto de vista do ordenamento territorial, uma das consequências mais visíveis da crise estrutural do "modelo" catarinense diz respeito à urbanização intensiva e descontrolada - sobretudo na zona costeira -, o enfraquecimento da pequena produção agrícola de base familiar e a consequente intensificação do êxodo rural. Isto foi mostrado recentemente num relatório do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), que mobilizou dados censitários publicados pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE).

Além disso, nas últimas décadas o processo de concentração fundiária e de renda tem acarretado uma progressiva incorporação de produtores rurais como integrados de grandes empresas agroindustriais, no quadro de políticas governamentais, que estimulam perfis produtivos de interesse direto de grandes grupos hegemônicos. Por se tratar de um processo seletivo e excludente, uma parcela significativa da agricultura familiar tem sido marginalizada das dinâmicas produtivas. Os estímulos fiscais e creditícios concedidos à industrialização progressiva da agricultura patronal - pensada ainda hoje em moldes essencialmente setorializantes e "produtivistas" - acabam favorecendo aquelas empresas que detêm maior poder de barganha política e direcionando os esforços, em primeira linha, no sentido do suprimento prioritário de demandas de exportação. Nesse cenário, o associativismo e o cooperativismo têm sido estimulados pelo setor governamental como um simples instrumento subsidiário da política de modernização "economicista" em vigor nos setores agrícola e agro-industrial (FRASSON, 1994; MACHADO, 1996).

Uma consulta ao *Mapa da Exclusão Social em Santa Catarina*, elaborado a partir do Censo Demográfico de 2000 (BORCHARDT, 2003), revela que, do contingente de 5.356.360 residentes no Estado naquele ano (IBGE, 2000), 665 mil pessoas – aproximadamente 12,4% da população – foram consideradas sem renda

suficiente⁵ para garantir sua própria alimentação cotidiana. A distribuição é bastante desigual entre as zonas rural e urbana (19,7% para o rural contra 10,5% para a cidade) e entre as regiões.

A persistência de práticas agrícolas, agroindustriais e industriais, fortemente dependentes de insumos químicos de alto risco, vem comprometendo, numa proporção alarmante, a qualidade biológica dos recursos hídricos, dos solos e dos alimentos oferecidos à população.

No setor de saneamento básico, são raros os municípios catarinenses que dispõem de sistemas de tratamento de efluentes domésticos. Os resíduos sólidos urbanos e industriais têm geralmente como destino final os aterros, controlados ou não, sediados geralmente em áreas peri-urbanas, com alto potencial de contaminação.

Finalmente, as zonas costeiras continuam cada vez mais expostas aos efeitos deletérios da especulação imobiliária, e de um perfil de ocupação dos espaços e de promoção do turismo de verão e de lazer gerador de um volume crescente de impactos destrutivos sobre o meio ambiente biofísico e sobre a qualidade de vida da população. Apesar do alcance e da gravidade dessas distorções, o Poder Público tem se limitado a um padrão "preservacionista" de controle - quase sempre precário em termos operacionais - de casos de poluição excessiva e ocupação desordenada e uso irregular de áreas ecologicamente frágeis.

2 Perfil socioeconômico dos territórios estudados

O litoral catarinense estende-se por aproximadamente 561,4 Km, com 9.250 km² de superfície, englobando 36 municípios (Cf. Figura 1). A população total é de 2.378.862 habitantes (aproximadamente 38% da população do estado) (IBGE, 2010). A maioria encontra-se localizada em zonas urbanas – 96% no litoral norte, centro-norte e central, e 81,1% no litoral centro-sul e sul.

⁵ Definem-se como pessoas com renda insuficiente para garantir a sua própria alimentação todas aquelas que têm renda menor ou igual a R\$ 90,00 por mês, o equivalente a aproximadamente 17% do salário mínimo nacional.

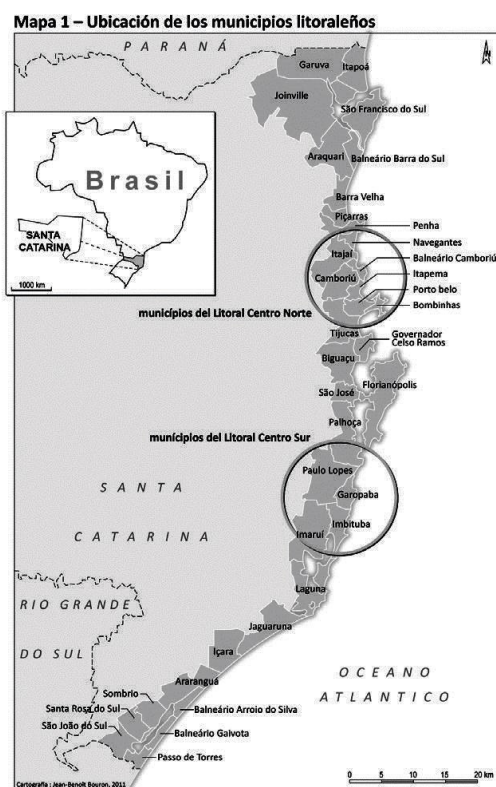


Figura 1 – Localização dos municípios litorâneos

Fonte: elaborado por Benoit Bouron para Rimisp, UFSC, CIRAD, 2012.

Três características marcam o litoral catarinense de modo geral e, particularmente, os dois territórios investigados, confirmando que o espaço rural costeiro passa por uma profunda transformação quando comparado com outras regiões do Estado.

A *primeira característica* está ligada à situação geográfica que fez com que a zona costeira contribuísse e se beneficiasse amplamente do modelo catarinense de desenvolvimento. Desde o início da colonização, tornou-se *um espaço econômico conectado a outras regiões*, ou seja, uma área de interface entre um *hinterland* (o interior do Estado) e um espaço marítimo aberto ao resto do Brasil (Santos/São Paulo, Rio de Janeiro). A construção da rodovia BR-101, em 1970, é considerada também como um poderoso vetor de polarização dos diversos municípios, articulando os centros mais dinâmicos com aqueles considerados mais fragilizados em termos socioeconômicos.

A *segunda característica* diz respeito ao fenômeno de “litoralização” da população, ou seja, à *urbanização intensiva e à concentração demográfica na zona costeira*. A estimativa de crescimento populacional anual que temos para essas duas

áreas, entre os anos de 1991 e 2000 (IBGE), é de 4,47, enquanto que no Brasil é de 1,64 e em Santa Catarina 1,87. As maiores taxas de crescimento podem ser verificadas nos municípios do litoral centro-norte. A densidade populacional média na zona costeira é de 300 hab./km², mas é muito variável (Balneário Camboriú tem aproximadamente 2.000 hab./km², enquanto Paulo Lopes apenas 15,18 hab./km² (IBGE, 2000)). Esse processo acelerado de ocupação e uso desordenado desta região está diretamente relacionado ao fenômeno do êxodo rural e ao desenvolvimento de uma economia presencial, baseada na acolhida de novos residentes oriundos de outros Estados (Cf. Gráfico 1).

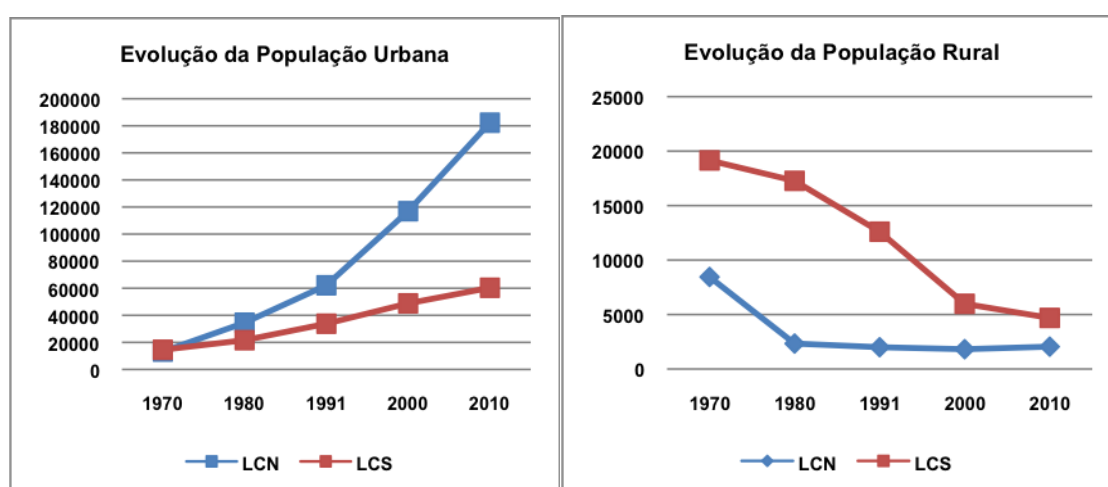


Gráfico 1 – Evolução da população urbana e rural dos dois territórios de estudo entre os anos de 1970 e 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A partir da década de 1970 os territórios centro-norte e centro-sul ficaram sob influência dos núcleos urbanos mais importantes (Florianópolis, Tubarão e Itajaí), e passaram a abrigar cidades intermediárias de tamanho variável, entre 4.000 a 15.000 habitantes – chegando até 40.000 habitantes em Itapema e Imbituba e mais de 100.000 habitantes em Balneário Camboriú. Isso vem gerando impactos significativos para o conjunto da região, a saber: o desenvolvimento de um mercado consumidor para as produções agrícolas, a dotação em serviços e bens públicos para as populações locais (educação, saúde, bancos) (Cf. Tabela 1) e o crescimento significativo da população economicamente ativa (PEA), essencialmente no meio urbano (a população economicamente ativa no meio rural conhece uma redução brutal depois dos anos 1970/1980 no litoral centro-norte, enquanto que no litoral centro-sul a queda ocorre a partir dos anos 1990). A taxa de participação da

população economicamente ativa feminina é maior nos municípios mais urbanizados⁶ (Cf. Tabela 2). Outra consequência desse fenômeno de “litoralização” é o aumento da pressão fundiária nas áreas periurbanas (Cf. Gráfico 2).

Tabela 1 – Presença de serviços nas cidades intermediárias nos territórios costeiros (litoral centro-norte e litoral centro-sul)*

Território	Municípios	Número de estabelecimentos de saúde	Número de escolas		Número de agências financeiras	Distância da maior cidade
		Unidade	Fundamental	Ensino Médio	Unidade	(Km)
Litoral Centro-Norte	Balneário Camboriú	97	31	12	14	11
	Bombinhas	6	7	2	1	47
	Porto Belo	10	12	3	2	43
	Itapema	31	15	4	6	28
Litoral centro-sul	Imbituba	43	22	4	6	92
	Garopaba	15	17	2	2	72
	Paulo Lopes	4	7	1	1	56

Fonte: Censo Demográfico, 2000, 2010.

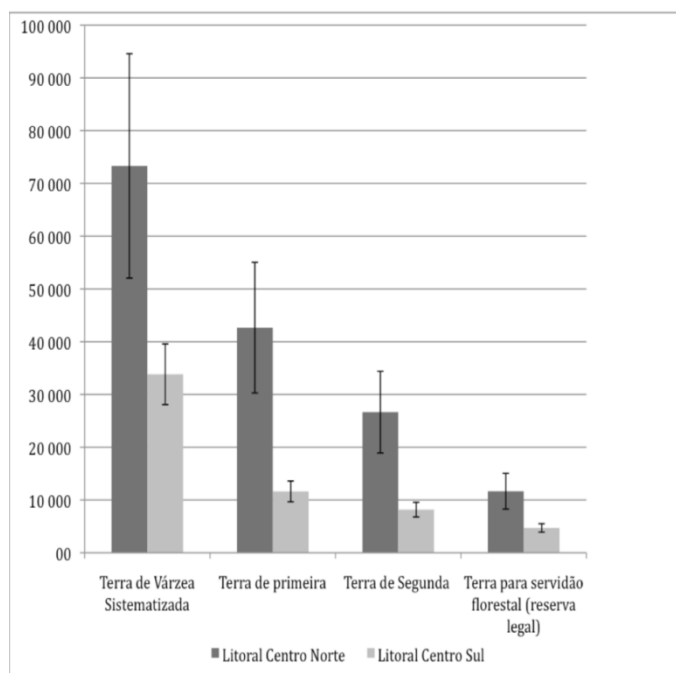
*De acordo com nossas entrevistas, todos os produtores familiares e pescadores acessam regularmente os postos de saúde e serviços de educação.

Tabela 2 – Taxa de participação da população economicamente ativa feminina e masculina na idade de trabalhar

Território	Municípios	Taxa de participação Mulheres (%)	Taxa de participação Homens (%)
Litoral Centro-Norte	Balneário Camboriú	0,53	0,73
	Bombinhas	0,42	0,73
	Porto Belo	0,43	0,72
	Itapema	0,47	0,7
Litoral centro-sul	Imbituba	0,4	0,65
	Garopaba	0,4	0,71
	Paulo Lopes	0,36	0,71

Fonte: IPEA, baseado no Censo Demográfico de 2000.

⁶ De acordo com os estudos de gênero, as representações sociais desconsideram a participação feminina nas atividades produtivas e de beneficiamento. Diante disso, consideramos que os valores dos censos que usam uma metodologia de auto-declaração são muitas vezes subestimados no meio rural.



A urbanização do espaço rural costeiro induz um forte impacto no preço das terras agrícolas. No LCN, onde a pressão fundiária é maior, os preços do hectare das terras agrícolas representam o dobro ou mais das terras da região sul.

Considera-se aqui 4 tipos de terras agrícolas: a) Terra de várzea sistematizada i.e. nivelada e entaipada, com canais de irrigação e drenagem, pronta para o cultivo do arroz irrigado; b) Terra de primeira, i.e. mecanizável e de boa fertilidade ou terra de várzea que não apresenta potencial para ser sistematizada; c) Terra de segunda, i.e. de baixa fertilidade ou terra de boa fertilidade mas com dificuldade para mecanização; d) Terra para servidão florestal, i.e. áreas cobertas de vegetação nativa primária (mata virgem) em estágio médio (capoeiras) ou avançado (capoeirão) de recomposição.

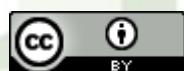
Fonte: elaborado a partir dos dados do CEPA/EPAGRI

Gráfico 2 – Preço do hectare das terras agrícolas, em reais, nos litorais centro-sul e centro-norte em 2009

Fonte: CEPA/EPAGRI.

Ainda em decorrência do processo de “litoralização”, na maior parte dos municípios costeiros, mais de 90% da população pode ser considerada alfabetizada. Mas, se nos últimos 20 anos o acesso à rede pública e privada de ensino básico e superior foi ampliado, na faixa etária acima de 45 anos o grau de escolaridade permaneceu baixo, não ultrapassando a quarta série do ensino fundamental (IBGE, 2000). Além disso, na última década constatou-se um aumento do IDH em todos os municípios costeiros (Cf. Tabela 3).

A *terceira característica* marcante diz respeito à *forte evolução e a diversificação dos setores produtivos*. Isto se reflete na distribuição do PIB dos municípios, onde o setor de serviços é predominante (63,42% do PIB), enquanto que os setores industrial e agropecuário representam, respectivamente, 25,16% e 11,42% do PIB. Apenas em 2006, o setor de serviços mobilizou cerca de 70.367 pessoas em 17.553 empresas. A renda média oscilou em torno de dois salários mínimos por mês (IBGE, 2007).



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.

Tabela 3 – Dados complementares sobre os municípios da pesquisa

Setor	Municípios costeiros	População total		Área territorial (Km ²)	IDH		PIB / 2006 (R\$ mil)			Incidência da pobreza (%)*	Taxa de alfabetização (%)
		2000	2010		1991	2000	Agropecuário	Indústria	Serviços		
Litoral centro-norte	Balneário Camboriú	73.455	108.107	46,49	0,797	0,867	4.490	157.705	861.026	25,32	97,2
	Itapema	25.869	45.814	59	0,725	0,835	2.656	53.873	244.088	33,10	95,6
	Bombinhas	8.716	14.312	34,49	0,733	0,809	12.021	14.462	84.674	36,68	94,5
	Porto Belo	10.704	16.118	92,76	0,716	0,803	15.884	25.144	104.670	35,28	92,8
Litoral centro-sul	Garopaba	13.164	18.144	114,67	0,682	0,785	8.838	29.619	88.279	32,65	87,4
	Paulo Lopes	5.924	6.692	450,37	0,683	0,759	3.990	12.640	25.427	29,32	84,8
	Imbituba	35.700	40.200	184,79	0,739	0,805	16.693	77.538	324.976	34,66	92,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000, 2010; IBGE Cidades, 2010; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2000).

As características mencionadas nos levam a admitir que estamos em presença de espaços rurais periurbanos submetidos a uma forte influência de polos industriais e urbanos. Optamos por considerá-los como expressão de um *novo mundo rural*, que mantém características singulares e requer, portanto, a adoção de políticas e programas de apoio diferenciados em relação às demais regiões rurais do Estado. Além do mais, destaca-se a presença de pequenas propriedades dedicadas à agricultura familiar: nos municípios de Bombinhas e Balneário Camboriú, representam 45,5% dos estabelecimentos agropecuários, em Porto Belo e Itapema, 78,2%, e em Garopaba, Imbituba e Paulo Lopes, 76,8%. Entretanto, já é possível constatar uma evolução no sentido de uma relativa concentração fundiária nessas áreas (IBGE, 2006).

Observa-se também um processo de envelhecimento e masculinização da população (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1998). Vêm se intensificando o fluxo de jovens e, sobretudo, mulheres que abandonam o meio rural rumo aos centros urbanos. Vale a pena ressaltar que apenas 7% dos estabelecimentos agropecuários encontram-se, atualmente, sob a direção de mulheres (IBGE, 2006). Hoje em dia, é

comum encontrar agricultores com mais de 50 anos cuja principal fonte de renda advém da sua condição de aposentados (Cf. Tabela 4). A importância da renda agrícola diminuiu com o passar dos anos, e a mesma tendência pode ser constatada nas comunidades de pescadores artesanais.

Tabela 4 – Número de residentes no meio rural por faixa etária nos territórios centro-norte e centro-sul catarinense

	Faixa etária									
	Até 14 anos		De 15 a 29 anos		De 30 a 54 anos		De 55 a 64 anos		Acima de 65 anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
LCN	594	35,7	342	20,5	501	30,1	104	6,2	124	7,5
LCS	1.712	28,6	1.628	27,2	1.723	28,8	413	6,9	509	8,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

As principais culturas produzidas nos territórios investigados são o arroz irrigado (3.518 hectares, divididos em ambos os territórios), a mandioca (3.382 hectares, especialmente no litoral centro-sul), o milho (233 hectares), o feijão (145 hectares), e as hortaliças (29 hectares). A abertura de novos mercados em centros urbanos tem favorecido a diversificação das cadeias produtivas – a exemplo da olericultura e da fruticultura. A intensificação da bovinocultura voltada para a produção de leite e de carne reflete também a influência dessas novas demandas e das novas estratégias dos produtores, que buscam opções produtivas menos exigente em mão-de-obra, investimentos e tempo de trabalho.

Além dos agricultores familiares, encontram-se na zona costeira catarinense 22.951 pescadores atuando em 75 pontos de desembarque, e dispendo de aproximadamente 6.137 embarcações, sendo responsáveis por 8,6% da produção catarinense (IBAMA, 2003; VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2007). Atualmente, estão em operação 23 Colônias de Pescadores, que congregam cerca de 35 mil associados. Segundo seus respectivos presidentes, apenas 50% deles podem ser considerados profissionais do setor. Os demais são aposentados, indivíduos que veem a pesca como atividade meramente recreativa, ou que estão interessados apenas nos benefícios oriundos de programas de transferência governamental específicos.

3 Mapeamento de dinâmicas territoriais de desenvolvimento

A análise das condições de viabilidade de novas estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável foi conduzida mediante a adaptação do modelo DPSR (*Driving Forces-pressões-Estado-Respostas*), delimitando dois períodos distintos (Cf. Figura 2). O conceito de *dinâmica territorial* designa aqui

a evolução e a tradução, num dado território, das repercussões econômicas, sociais, políticas e ambientais das ações realizadas pelos agentes e das relações (alianças e conflitos) tecidas entre eles, podendo essas ações adquirir ou não um perfil coletivo (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 60).

No período de *colonização, urbanização e industrialização*, os *drivers* foram correlacionados, por um lado, ao crescimento de uma demanda nacional (principalmente oriunda do estado de São Paulo) por materiais de construção ou força de trabalho (animais de tração e de transporte). E, por outro, à formulação de políticas nacionais de ocupação do território e de modernização, promovidas tanto pela Coroa Portuguesa quanto pelo governo brasileiro. As *respostas* traduziram o início de um processo cada vez melhor articulado de apropriação e gestão da base de recursos naturais existente.

Por sua vez, o segundo período corresponde ao momento da abertura da economia brasileira ao cenário da globalização durante os anos 1990. Os *drivers* continuam relacionados ao perfil da demanda, mas passam a incluir produtos e serviços mais especializados e elaborados. O *boom* turístico a que foi submetida a região a partir dos anos 1970 e o crescimento das cidades constituem exemplos desses novos *drivers* que têm influenciado de maneira expressiva as dinâmicas territoriais rurais no litoral catarinense. Quanto às respostas decorrentes, elas mudam de natureza, refletindo o surgimento de uma economia diversificada e de especialização flexível, adaptando-se à busca de novas formas de competitividade territorial. As políticas públicas de fomento aos arranjos produtivos locais e às diferentes formas de *cluster* podem também ser consideradas relevantes para o entendimento do perfil *win-win-win*, assumido por uma parcela expressiva dos municípios costeiros investigados.

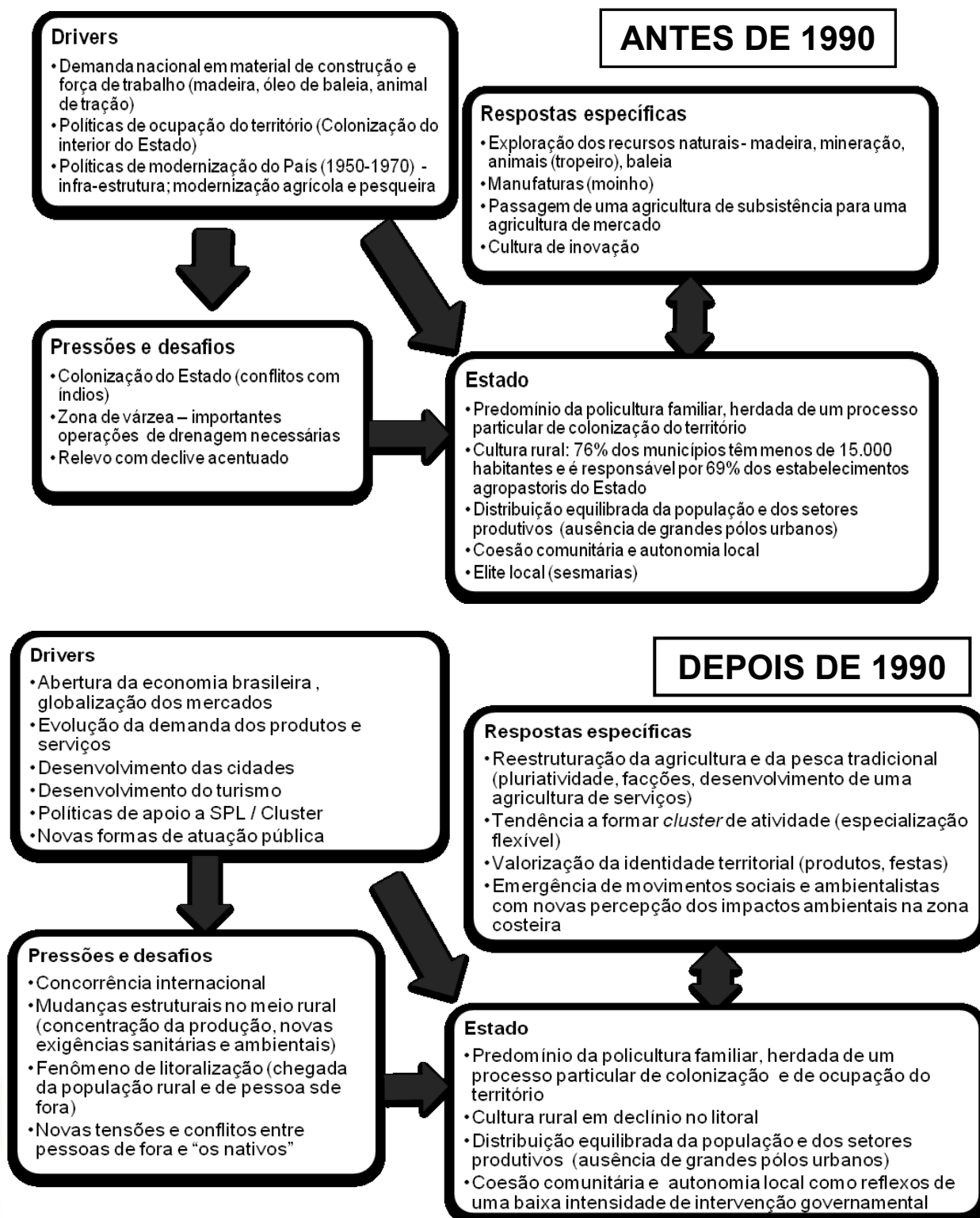


Figura 2 – O modelo DPSR aplicado à análise prospectiva de dinâmicas territoriais na zona costeira catarinense

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas efetuadas com os atores locais.

3.1 Um mosaico de dinâmicas territoriais norteadas por lógicas diferenciadas

No Quadro 1, pode ser encontrada uma síntese das características essenciais de quatro dinâmicas territoriais com perfis diferenciados nos dois territórios estudados.

Dinâmicas territoriais (DT)	Drivers	Atividades e projetos coletivos	Principais promotores dessas dinâmicas
DT1 Urbanização e litoralização da população com pólos industriais e promoção do turismo de massa	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura da economia brasileira - Novas demandas - Desenvolvimento do turismo - Políticas de apoio a SPL / Cluster - Novas formas de atuação pública 	<ul style="list-style-type: none"> - Importantes atividades de construção civil - Expansão das áreas urbanas - Pólos turísticos (novas atividades) - Privatização dos espaços comuns e das praias 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas de construção civil internas e externas à região - Empreendimentos de turismo - Agências imobiliárias - Indústrias - Órgãos públicos e para-estatais
DT2 Ecologização do território	<ul style="list-style-type: none"> - Nova sensibilidade para as questões ambientais - Novas formas de atuação (coalizões ambientalistas) 	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas protegidas (federais, estaduais, municipais) - Sítios arqueológicos, - Parques 	<ul style="list-style-type: none"> - Agências de turismo, - Associações ambientalistas - IPHAN - Prefeituras - Universidades, escolas - Órgãos públicos e para-estatais
DT3 Agricultura de subsistência e pesca artesanal	<ul style="list-style-type: none"> - Novas demandas para serviços - Desenvolvimento do turismo - Políticas de apoio a SPL / Cluster - Novas formas de atuação pública 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura - Pesca artesanal (camarões, siris, tainhas) - Inserção no SIAL da Pesca industrial - Prestação de serviços aos turistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores, pescadores e suas organizações (Clube de mães, colônias de pescadores) - Famílias de descendentes açorianos/quilombos - Prefeituras - Universidades, escolas - Órgãos públicos e para-estatais
DT4 Intensificação do modelo de desenvolvimento com legitimidade	<ul style="list-style-type: none"> - Nova sensibilidade para as questões ambientais - Novas demandas 	<ul style="list-style-type: none"> - Novas construções respeitando leis em vigor - Extensão de áreas 	<ul style="list-style-type: none"> - Cf DT1 + DT2

	socioambiental		urbanas nas áreas rurais	
DT5	Valorização do modelo <i>agricultura pesca e artesanato com identidade cultural</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Novas demandas para serviços culturais e ambientais - Desenvolvimento do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização dos artesanatos locais - Festas religiosas e culturais (Terno de Reis, Boi de Mamão) - Valorização dos engenhos tradicionais de farinha de mandioca e das artes da pesca artesanal (ranchos, tainha) 	- Cf DT3 + Intelectuais do movimento açoriano e ONGs

Quadro 1 – Dinâmicas territoriais na Zona Costeira catarinense

Fonte: Elaboração própria.

A dinâmica predominante (DT1) caracteriza-se pela expansão e diversificação dos setores industrial e turístico no processo de urbanização desordenada da zona costeira. Além do fenômeno de “litoralização” da população, constatamos, nas últimas duas décadas, um incremento constante da infraestrutura de hospedagem e de atividades imobiliárias. Segundo dados oferecidos pela SANTUR (empresa vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte do Estado), o movimento estimado de turistas durante a alta estação de verão (janeiro e fevereiro), no período de 2008 a 2010, atingiu mais de quatro milhões de pessoas, gerando uma renda total calculada em mais de R\$ 2,5 bilhões (aproximadamente US\$ 1,5 bilhões). Trata-se, assim, de uma atividade sazonal, fortemente concentrada na alta estação e que tem se disseminado de forma desigual no espaço. Trata-se, portanto, de um dado econômico de importância estratégica, pois representa, ao mesmo tempo, oportunidades para novos investimentos privados e opções de complemento de renda para as comunidades locais.

A segunda dinâmica (DT2) corresponde às ações de criação e gestão de áreas protegidas, sob o pano de fundo do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO). Ela está inserida num cenário mais recente de elaboração de políticas públicas mais sensíveis à necessidade de se compatibilizar a conservação da diversidade biológica e cultural com a promoção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e urbano. Um exemplo pode ser encontrado na lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que instituiu o *Estatuto da Cidade* e fixou como uma das diretrizes estratégicas do planejamento urbano o princípio da *sustentabilidade ambiental*.

Esta segunda dinâmica territorial gerou efeitos substanciais nas práticas agrícolas, contribuindo para o seu declínio gradual na região litorânea. Neste sentido, as medidas adotadas proibiram o uso de áreas marcadas por declives acentuados, bem como a derrubada e a queima de mata nativa, inviabilizando assim o acesso a novas áreas agricultáveis. Em decorrência, um segmento expressivo de agricultores acabou migrando para outros tipos de atividades, seja no setor secundário, seja no terciário (LESAGE, 2010, MARTINEL, 2010).

A terceira dinâmica (DT3) está associada a iniciativas de pescadores artesanais, maricultores, agricultores familiares e artesãos em sistemas de produção baseados na *pluriatividade*. Ela vem se enfraquecendo desde a década de 1970, tanto em termos de produtores envolvidos (poucos jovens continuam engajados nesse setor), quanto de volume de produção. Assim, a agricultura e a exploração dos recursos naturais renováveis (sobretudo florestais), consideradas dominantes na época da colonização do litoral, transformaram-se, ao longo do tempo, numa atividade de importância secundária na região. Além disso, os pequenos agricultores passaram a vender suas terras tanto para empresas vinculadas ao setor de rizicultura irrigada, quanto para empresários do setor turístico, no bojo de um aquecimento crescente do mercado imobiliário em zonas costeiras⁷ (LESAGE, 2010).

3.2 Duas dinâmicas emergentes que refletem a modificação do potencial de resposta dos atores locais

Os antagonismos e sinergias entre as três dinâmicas mencionadas acima têm favorecido o surgimento de novas coalizões, de iniciativas públicas ou privadas, individuais ou coletivas. Nos últimos anos, das inter-relações envolvendo DT1 (urbanização/ industrialização) e DT2 (*ecologização* do território) e também das preocupações crescentes dos habitantes e dos visitantes relacionadas ao fenômeno da degradação intensiva dos ecossistemas costeiros, vêm emergindo novos projetos turísticos ou industriais em busca de legitimidade social. Tais projetos têm contribuído para a configuração de uma nova dinâmica territorial (DT4). Mas, apesar

⁷ É comum na região de estudo o parcelamento das propriedades agrícolas, visto como possibilidade de aquisição emergencial de recursos financeiros em situações de crise, num cenário de intensificação do mercado imobiliário (LESAGE, 2010).

dos esforços investidos na integração das dimensões ambiental, social e econômica, até agora os resultados gerados por esses projetos têm permanecido aquém das expectativas de melhoria da qualidade de vida dos usuários diretos de recursos patrimoniais costeiros.

A quinta e última dinâmica territorial identificada (DTS-IC) refere-se às iniciativas de valorização do patrimônio cultural num processo de criação de melhores oportunidades de inclusão socioeconômica e sociopolítica das comunidades tradicionais de pescadores e agricultores familiares de origem açoriana. Ela resulta da criação de vários projetos coletivos e de iniciativas privadas, que buscam reconectar ou ancorar de forma inovadora as atividades econômicas no território, reafirmando assim uma *identidade territorial* específica. Consideramos esse conjunto de iniciativas como uma nova forma de resposta dos atores locais à evolução das dinâmicas territoriais e às pressões induzidas pela criação de novos arranjos institucionais. Do ponto de vista dos teóricos da *economia territorial*, essas respostas centradas na busca de valorização dos atributos e bens culturais podem ser consideradas como um processo de *especificação* do território costeiro.

4 Avaliação dos fatores condicionantes das dinâmicas investigadas

Como sugerimos acima, a região costeira de Santa Catarina apresenta características peculiares, que explicam em parte o seu dinamismo econômico. À primeira vista, certos fatores são semelhantes àqueles envolvidos na caracterização do *modelo catarinense de desenvolvimento*. Eles dizem respeito ao resgate da importância dos fatores históricos e culturais, da origem dos imigrantes, do estilo de ocupação do território, de um tecido social coesivo e da existência de uma estrutura agrária relativamente equilibrada. Porém, alguns outros fatores, que explicitamos abaixo, resultam do surgimento de novos padrões de resposta dos atores sociais locais, voltados ao fomento da competitividade territorial. Por implicação, consideramos que a coexistência das várias dinâmicas, gerando relações de sinergia/dependência/concorrência, representa um fator decisivo numa avaliação das condições gerais de viabilidade do enfoque de DTS na zona costeira catarinense. Nosso esquema interpretativo está apoiado nas seguintes hipóteses.

4.1 O caráter pluriativo das comunidades rurais

A primeira hipótese estipula que o modelo de reprodução das comunidades rurais repousa numa relação de alternância entre as atividades sociais e econômicas, que associam práticas produtivas, artesanais e sociais. Esse modelo permitiu que as comunidades pudessem evoluir e se adaptar ao processo de modernização mediante a incorporação de novas combinações de atividades. Assim, a emergência de novas dinâmicas territoriais na região litorânea tem afetado profundamente as comunidades rurais, mas sem comprometer a sua existência.

Os historiadores e antropólogos convergem no reconhecimento de que, ainda hoje, as atividades das comunidades tradicionais são ritmadas pelas estações do ano, ocupando o trinômio tradicional pesca-agricultura-artesanato uma posição de destaque (outono e inverno no mar, verão e primavera em terra). Resultaria daí a fixação de um calendário que, de certa forma, vem se mantendo no cotidiano das comunidades pesqueiras artesanais e agrícolas (LEONEL, 2010; MARTINEL, 2010; CORDEIRO, 2010).

Desde a época da colonização, tanto os homens quanto as mulheres participavam do processo produtivo familiar: os homens assumindo a reprodução das práticas agrícolas e pesqueiras “fora de casa”, e as mulheres cooperando nas fases de cultivo, colheita e beneficiamento dos produtos. Além dessas funções, elas vêm se dedicando ainda ao artesanato, como as rendas de bilro e a tecelagem, bem como à organização de práticas religiosas, culturais e recreativas. Vários pescadores-agricultores que foram entrevistados admitem terem encontrado na exploração do setor madeireiro, ou em outras atividades industriais, portuárias, comerciais e turísticas, uma forma de complemento da renda familiar.

Torna-se importante ressaltar também o fato de que a *pluriatividade* continua sendo uma prática amplamente disseminada no litoral catarinense. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), mais de um terço dos estabelecimentos familiares podem ser considerados pluriativos, atualmente. A análise desse fenômeno permanece ainda controversa. Por um lado, num cenário negativo, estaríamos em presença de uma agricultura marginal e em crise – no contexto nacional, e, num cenário positivo, estaríamos diante de uma agricultura inserida numa realidade diferenciada, em que a pluriatividade e a presença de múltiplas fontes de renda desvelam oportunidades ainda pouco aproveitadas para investimentos com perfil inovador nas atividades agrícolas, agropecuárias e

agroindustriais (MARTINEL, 2010). O trabalho de Lesage (2010) confirma essa segunda hipótese, ressaltando que a escolha dos produtores por um determinado produto está sendo cada vez mais influenciada pela sua relação custo/benefício e pelo calendário de trabalho agrícola.

Por sua vez, os geógrafos e os economistas ressaltam a proximidade das cidades e das áreas industriais como um fator condicionante da diversificação das fontes de renda das famílias de pescadores-agricultores familiares mediante um amplo leque de atividades (Cf. Gráfico 3).

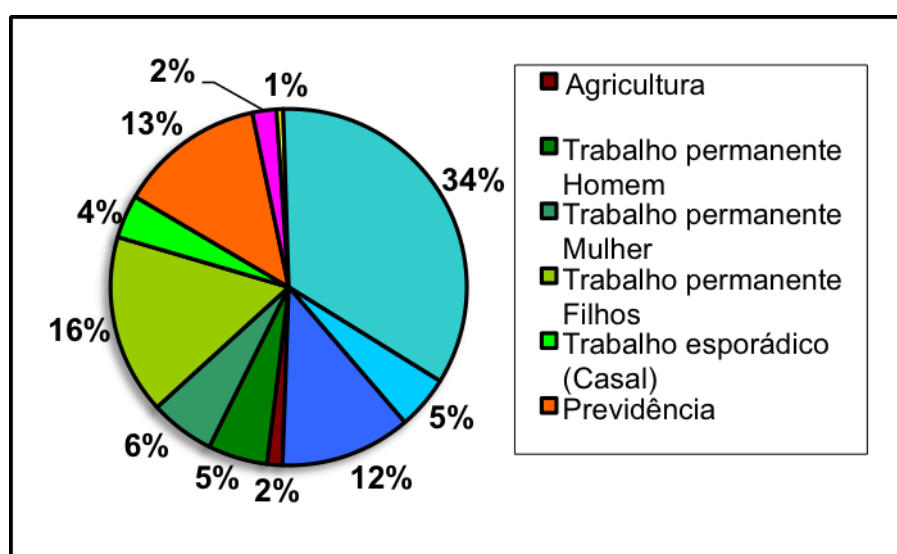


Gráfico 3 – Constituição da renda econômica de uma família de pescadores artesanais do litoral centro-sul

Fonte: Pesquisa de campo, 2009, 2010, Capellesso, 2010.

Outro dado relevante diz respeito ao reconhecimento do papel desempenhado pelo setor governamental na valorização da pluriatividade no meio rural. Para os produtores, os estímulos oferecidos favorecem a suspensão temporária das suas atividades regulares, sem colocar em risco a subsistência das famílias. Da mesma forma, o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF) vem permitindo que muitos pescadores e agricultores consigam manter a reprodução de suas práticas mediante o acesso a fontes de financiamento para novos investimentos na produção (no caso de agricultores familiares) e também na melhoria dos equipamentos.

Entretanto, segundo Capellesso (2010), a utilização desses recursos não está isenta de problemas. No caso da pesca artesanal, por exemplo, os investimentos na

aquisição de barcos de grande porte têm promovido a expansão do esforço de captura para além da capacidade de suporte das principais espécies exploradas. Em consequência, os pescadores artesanais começam a enfrentar sérias dificuldades com a diminuição dos estoques de pescado, o que exige uma ampliação de atividades 'extra-pesca' para complementar a renda familiar. Neste contexto, e, de forma paradoxal, a *pluriatividade* pode ser vista como um dos vários indicadores de crise estrutural. Neste caso, somente os pescadores mais velhos alternam a pesca com outras atividades voltadas à complementação da renda familiar. Via de regra, seus filhos optam pura e simplesmente pelo abandono da atividade pesqueira.

4.2 Sistemas produtivos flexíveis: o caso das facções no meio rural

A segunda hipótese explicativa assevera que a importância histórica e cultural das unidades rurais pluriativas no litoral catarinense contribuiu para o desenvolvimento do setor secundário com base num modelo específico de especialização flexível. Esses sistemas produtivos baseados em relações de confiança e de reciprocidade representam uma forma inovadora de dinamização das economias locais, geradora de novas relações de trabalhos e novos fluxos produtivos que incluem uma parcela expressiva de mulheres. Um exemplo expressivo pode ser encontrado no caso das indústrias do ramo têxtil-vestuarista - conhecidas como *facções no meio rural*.

Por meio de subcontratações na execução das várias etapas do processo produtivo, encontrou-se uma forma de reduzir custos e favorecer a criação de novas relações de trabalho (flexibilização da mão-de-obra) e novos fluxos produtivos. Em Santa Catarina, as facções podem ser encontradas em muitas comunidades rurais. Elas surgiram a partir da década de 1980, com a expansão da indústria têxtil nas cidades de Brusque e Ilhota, no norte, e em Tubarão, no sul. Essas facções funcionam geralmente em residências ou quartos transformados em oficinas de costura. Na maioria dos casos, o trabalho é realizado por mulheres, existindo dois tipos principais: um que assume as funções de auxílio à produção agrícola junto com atividades de costura, e outro que concentra mulheres cujos parceiros trabalham na cidade ou em comunidades afastadas e que se articulam em pequenos grupos para reduzir os custos de logística.

Neste contexto, as costureiras podem organizar sua agenda de trabalho de acordo com a sua disponibilidade, escolhendo a quantidade de peças a serem processadas e a duração do contrato (específico para cada caso). O trabalho é abundante e contínuo, mas os salários variam conforme o número de peças montadas, mas sem garantias de atendimento de direitos trabalhistas. Este último tornou-se objeto de várias denúncias que ressaltam, entre outros pontos, o baixo nível de remuneração, a ausência de controle das jornadas de trabalho e dos locais que podem ser poucos adequados, e a participação dos outros membros da família, sobretudo os menores de 14 anos.⁸

4.3 Sistemas produtivos locais inovadores no meio rural

A emergência dos chamados *Sistemas Agroalimentares Localizados* (SIAL) pode ser vista como um condicionante da evolução específica dos territórios em estudo – a exemplo do *SIAL da pesca* ou dos circuitos de venda direta dos produtos agrícolas. Estruturados na forma de sistemas produtivos integrados inovadores, eles incluem as comunidades rurais nos processos de modernização. Esses sistemas dispõem de vantagens competitivas estreitamente associadas à ativação de *recursos específicos* (inclusive o know-how produtivo e as redes e instituições inovadoras) e à sua capacidade de combinar recursos internos e externos ao território.

4.3.1 O sistema agroalimentar localizado da pesca

Durante o século passado, a pesca artesanal na região investigada transformou-se de maneira significativa. Além da proibição da caça às baleias, processou-se a modernização (nylon, motores, etc.) e a industrialização progressiva do setor (DIEGUES, 1999; VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007).

Durante os Governos Militares (1964-1985), foi atribuída à pesca e à agricultura a missão de ampliar a produção para fazer face à ampliação do mercado interno (industrialização + urbanização = progresso) e à necessidade de arrecadar

⁸ Em abril de 2010, de acordo com o tribunal da justiça de Santa Catarina, cerca de 200 mil crianças e adolescentes de até 14 anos trabalham em plantações de fumo, de cebola, na extração de erva-mate no meio-oeste, nas chamadas pequenas facções têxteis, na coleta de lixo reciclável e nas atividades de extração de carvão.

mais divisas por meio das exportações. Contudo, com base no pressuposto de que os pescadores artesanais seriam avessos ao esforço de modernização, as políticas públicas de crédito e de concessão de incentivos fiscais acabaram por excluí-los quase completamente do usufruto desses benefícios (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007; CAPELLESSO, 2010).

Embora relegada a segundo plano, a pesca artesanal beneficiou-se indiretamente com a instalação de um parque industrial de qualidade para o processamento de pescado, que passou a absorver a produção artesanal. Mesmo contando com escassos recursos públicos, essa categoria demonstrou sua capacidade de modernizar e expandir a produção, além de incorporar novos trabalhadores. A quase ausência de crédito oficial foi parcialmente compensada por sistemas informais de financiamento – a exemplo dos atravessadores, que até hoje mantém relações de dependência econômica e social com os pescadores artesanais. Vale a pena ressaltar que a maior parte da produção continua sendo repassada *in natura*. Esse exemplo evidencia a capacidade de resposta dos atores locais na criação de um sistema flexível, que integra um segmento importante de pescadores. A abertura dos mercados de peixe, as possibilidades de trabalho em embarcações de pesca industrial e a aquisição de novos conhecimentos ou equipamentos são externalidades que têm contribuído para o fortalecimento da competitividade deste setor da economia regional.

4.3.2 Os SIAL centrados na produção, beneficiamento e comercialização direta de produtos agrícolas

Nossa pesquisa evidenciou a presença, na zona costeira catarinense, de nichos que abrigam uma agricultura inovadora, que passou a adotar princípios agroecológicos e a disponibilizar novos serviços – a exemplo da venda direta e da organização, pelos próprios agricultores, de pequenas feiras e pontos de venda (CORDEIRO, 2010; MARTINEL, 2010).

A rede de agroecologia, atuando no litoral centro-sul, envolve atualmente várias famílias de produtores, todas elas produzindo e beneficiando produtos orgânicos. As vendas realizadas nas feiras ou em “Casas de Produtores”, que se consolidaram no decorrer dos anos 1990, representam uma oportunidade recente e parecem depender da proximidade de mercados urbanos. Tais práticas estão se

proliferando, mas torna-se ainda difícil estimar sua densidade em função da carência de dados estatísticos. Algumas visitas realizadas nas feiras em diversos pontos do litoral indicam que elas surgem por iniciativa de alguns produtores líderes, muitas vezes induzidos por instituições públicas e não governamentais.

Essa evolução inscreve-se no bojo das transformações em curso do espaço rural costeiro, onde se consolida uma agricultura periurbana capaz de inovar, gerando valor agregado mediante a *qualificação* dos seus produtos. Nessa perspectiva, foram identificados projetos centrados na valorização ou na certificação de vários produtos alimentares no âmbito do movimento *Slow Food* e por meio dos selos oficiais distintivos ou de qualidade (Agricultura Orgânica, Indicação Geográfica, ou da Marca Coletiva e da Marca Territorial).⁹ Esses modelos tendem a reconectar os consumidores da região com os agricultores familiares, viabilizando assim essa atividade no complexo cenário da zona costeira.

4.4 Interdependência das dinâmicas territoriais e presença de vínculos solidários

A constatação de que existem relações sinérgicas entre as várias dinâmicas territoriais, estimulando a emergência de relações solidárias no jogo-de-atores relevantes sediados nos territórios investigados constitui o cerne da quarta hipótese explicativa.

A análise das imagens dos *folders* que visam promover o turismo no litoral de Santa Catarina permitiu-nos evidenciar o perfil das estratégias de comunicação dos agentes-chave sediados na zona costeira. Esta análise representou uma nova maneira de levar em conta como as instituições públicas e privadas costumam “vender” esta região. Indiretamente, permitiu-nos aferir o nível de apropriação dos recursos do patrimônio cultural e natural pelos atores locais (Cf. Tabela 5 e Gráfico 4).¹⁰

⁹ Entre outros projetos, destacou-se o molusco berbigão registrado produto da Arca do Gosto do movimento *Slow Food*, os projetos de marcas coletivas da farinha de mandioca e as marcas territoriais do LCN e LCS em fase de elaboração.

¹⁰ A metodologia consistiu primeiro no levantamento e classificação das imagens de 70 diferentes folders de promoção do território. 3680 imagens foram assim classificadas.

Tabela 5 – Levantamento das imagens nos folders promovidos pelos territórios

Categorias	Imagens	
	N ^o	%
Paisagem urbana, beleza natural e biodiversidade	669	18,18
Patrimônio histórico	318	8,64
Cultura, artesanato, festas culturais e religiosas	491	13,34
Agricultura, pesca artesanal e gastronomia	311	8,45
Ecoturismo, turismo rural	149	4,05
Museus	124	3,37
Turismo de verão, praias	135	3,67
Esportes	178	4,84
Paisagem urbana, indústrias	507	13,78
Parques temáticos	105	2,85
Serviços, shopping, economia	693	18,83
Total	3680	100

Fonte: Pesquisa, 2010.

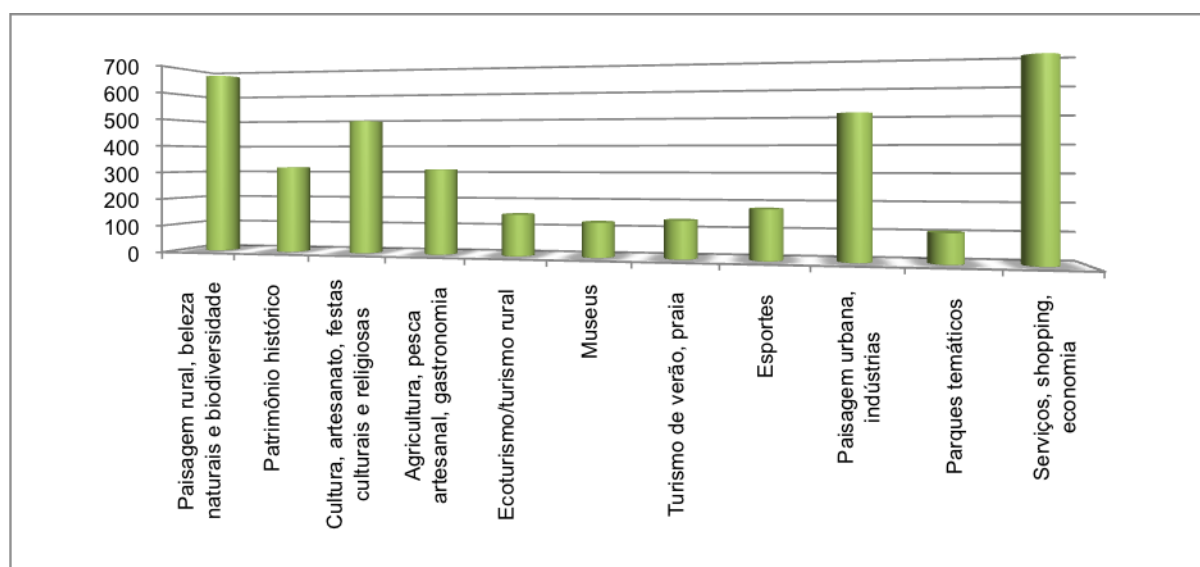
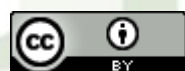


Gráfico 4 – Levantamento das imagens nos folders promovidos pelos territórios

Fonte: Pesquisa, 2010.

A análise das imagens evidencia que há um equilíbrio entre aquelas que se referem à cultura e à natureza (belezas naturais) e aquelas que destacam os serviços disponíveis (lazer, shopping, comércio). De modo geral, algumas das categorias analisadas nos *folders* contêm elementos que já fazem parte do “*écrin*” do território da zona costeira catarinense, ou seja, a cultura local, a paisagem, as igrejas e outros patrimônios territoriais, e as amenidades ambientais (florestas, costão, mar, etc.). Outras, entretanto, precisam, necessariamente, de uma comunidade tradicional “viva” para que possam existir e se reproduzir. É o caso, por



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.

exemplo, das imagens que se referem ao artesanato, às festas, à gastronomia, aos barcos de pesca, à agricultura familiar e tradicional, aos engenhos de farinha. Em resumo, uma parte dos elementos utilizados tem relação intrínseca com a presença ou com o dinamismo das comunidades tradicionais, e o futuro destas depende hoje em dia das atividades de prestação de serviços ligadas ao turismo. Essas dependências implicam uma necessária relação de solidariedade e de convergência na construção de *projetos de território* pelos atores do litoral, mesmo que elas pareçam estar contribuindo para a consolidação de dinâmicas contraditórias relativamente aos princípios do enfoque de DTS.

4.5 Novas coalizões de atores sociais territorializados

A última hipótese pressupõe que a formação e a consolidação de sistemas produtivos localizados, com ativação de recursos específicos, são fortemente condicionadas pela eficiência dos processos de *aprendizagem coletiva* e de *governança territorial*. Nesta perspectiva, as novas políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável constituem oportunidades potenciais para o fortalecimento desses novos sistemas de planejamento e gestão.

Os resultados apresentados, a seguir, contribuem para a especificação das principais categorias de atores sociais e dos “jogos de poder” que sustentam essas dinâmicas territoriais. Duran e Thoenig (1996), além de outros autores vinculados aos campos da ciência política contemporânea e da geoeconomia territorial, enfatizaram o papel dos atores e da institucionalização das ações coletivas na construção da trajetória de desenvolvimento de um dado território (PECQUEUR, 2000; GUMUCHIAN et al., 2003; ANDION, 2007). A hipótese subjacente assevera que o momento está “marcado pela transição de um modelo de ação integrada pelo Estado para um tipo de poliarquia institucional, caracterizada pela confrontação entre poderes heterogêneos, pouco previsíveis e dificilmente hierarquizáveis” (DURAN; THOENIG, 1996 apud ANDION, 2007, p. 74). A partir de uma abordagem histórica e política, mobilizando a análise da trajetória de desenvolvimento da região estudada e a caracterização dos atores relevantes, os seus objetivos e as suas alianças, verificou-se que as posições e a natureza das relações entre os mesmos foram sensivelmente modificadas no decorrer dos últimos trinta anos. Em outras palavras, entraram em cena novos representantes da sociedade civil e emergiram

novos espaços de discussão e de negociação das ações coletivas (GUMUCHIAN et al., 2003; ANDION, 2007; SCHERER-WARREN, 2006). A análise realizada concentrou-se também no resgate das características de dois períodos distintos.

4.5.1 Principais coalizões processadas na fase de colonização e antes de 1990

Durante o período da colonização, a evolução socioeconômica dos territórios foi influenciada por comunidades de pescadores-agricultores que mantinham entre si relações diversificadas de sinergia, concorrência e conflito, principalmente no que diz respeito aos modos de acesso e uso da base de recursos naturais. Do “jogo de atores” correspondente participavam (i) uma elite agrária herdeira de sesmarias e composta por donos de terras, pequenos empresários e comerciantes, sintonizada com os demais atores presentes no cenário territorial; e (ii) uma burguesia oriunda da pequena produção mercantil e descendentes de imigrantes europeus (donos de moinhos).¹¹ Eles conseguiram criar importantes redes de comercialização, que permitiam o escoamento das mercadorias para as grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, reforçando seu grau de influência nas relações de poder local e suas capacidades de articulação com os representantes do Estado ou da Federação. Existia nesse momento um *projeto de território* compartilhado entre os atores, segundo o lema: *colonizar e ocupar!*

Todavia, as primeiras políticas de ocupação do espaço e de modernização agrícola se desenvolvem com base nesta lógica de poder, hierarquizada e liderada por uma elite agrária que defendia os seus próprios interesses, apesar do seu caráter parcialmente redistributivo.¹² A caracterização desse contexto político-institucional permitiu-nos compreender melhor as assimetrias de poder constatadas atualmente entre os supostos “líderes” das dinâmicas territoriais e as comunidades tradicionais.

¹¹ Entre os anos de 1870 e 1940, possuir um moinho era um sinal de autonomia e prestígio social. O poder econômico e político de famílias que dispunham deste apetrecho constituíam um requisito importante, na medida em que servia em princípio a toda a comunidade.

¹² Ao contrário de outras regiões, os grandes proprietários colocaram uma parte das suas terras à disposição da comunidade – geralmente conhecidas como “terras comunais”, “pastos comuns” ou “matos do povo”. Caracterizamos essas práticas como *redistributivas*, na medida em que permitem o uso coletivo de um dado recurso privado entre os membros de uma mesma comunidade. Entretanto, elas podem ser vistas também como instrumentos de exercício do poder local.

A apropriação de novos meios de produção (tratores e outros equipamentos agrícolas) permitiu uma intensificação da produção. Com o capital acumulado e a venda das suas propriedades, um segmento da elite agrária passou a migrar para os centros urbanos, estimulando o processo de especialização industrial. Esse movimento acabou provocando a valorização do preço das terras no espaço rural, a redução das áreas de uso coletivo e a desestruturação progressiva dos sistemas comunitários de produção.

4.5.2 Novas coalizões a partir da década de 1990

O segundo período foi marcado pela transformação da vocação tradicional dos espaços rurais, em função do desenvolvimento das atividades industriais e da complexificação dos sistemas urbanos e das atividades turísticas. Muitas pessoas oriundas do interior de Santa Catarina (especialmente Oeste Catarinense e Planalto Serrano) e também de outros Estados, principalmente Rio Grande do Sul e São Paulo, passaram a se instalar nos espaços rurais do litoral, com novos projetos de implantação de empreendimentos turísticos, atividades esportivas e de lazer. Mas, essa migração não chegou a influenciar diretamente o modelo dominante de ação coletiva no nível local. Ela contribuiu apenas para fragilizar as relações de poder da elite tradicional, oferecendo novas oportunidades de dinamização econômica.

Esse período caracteriza-se também pela transformação das relações entre o Estado e a sociedade civil organizada. Emergiu assim um processo de institucionalização das ONGs, de algumas ações coletivas e de movimentos sociais, que buscam geralmente a afirmação de identidades restritas - feministas, ambientalistas, agricultoras familiares, mulheres camponesas, mulheres pescadoras artesanais (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004; ANDION, 2007).

Na região estudada comparecem vários representantes de grupos ou de organizações (associações comunitárias, conselhos de desenvolvimento, comitês de micro-bacias, fóruns de Agenda 21, etc.).¹³ Destacamos os movimentos ambientalistas, os representantes do setor produtivo e as coalizões culturais. As

¹³ Durante muito tempo várias ONGs e movimentos sociais não interagem com o governo local, por princípio ou como manifestação de uma atitude de oposição. Mesmo que isso tenha permitido a consolidação de um certo grau de autonomia, esse fenômeno dificultou o intercâmbio e a busca de sinergia com os outros atores sediados no território para a construção de um projeto político de escopo mais amplo.

coalizões ambientalistas reúnem ONGs, Institutos privados e órgãos públicos (universidades públicas e privadas, escolas técnicas). Suas atividades e projetos estão centrados na sensibilização e na educação ambiental, na organização de trilhas ecológicas e na recuperação de áreas degradadas.¹⁴

No que diz respeito aos movimentos culturais e coalizões discursivas, os trabalhos de Kühnen (2002) e Lacerda (2003) confirmam a emergência – a partir dos anos 1980 – de um fenômeno de *etnização* da identidade açoriana e de reinvenção da tradição. Este fenômeno vem se fortalecendo no bojo de um movimento mais amplo de reorganização política e de promoção de eventos culturais que remetem à memória social da ocupação e do desenvolvimento da zona costeira. Esse movimento envolve o meio acadêmico (antropólogos, sociólogos, historiadores e geógrafos), a esfera governamental (principalmente as prefeituras) e os descendentes das comunidades tradicionais de pescadores-agricultores.

Os setores produtivos – principalmente agrícolas e pesqueiros - começaram a se organizar melhor, ganhando forças nas negociações junto aos representantes do setor público, nos níveis estadual e federal de planejamento e gestão.

Atualmente, no que diz respeito às questões de gênero, expande-se a influência advinda da luta e da conquista de direitos por parte dos movimentos de mulheres na sociedade contemporânea, adquirindo legitimidade crescente no espaço rural a partir da organização de mulheres agricultoras (STROPASSOLAS, 2004). Algumas modificações já foram incorporadas na legislação, a exemplo do acesso à aposentadoria rural e ao salário-maternidade (BRUMER, 2004), além do crédito rural. De acordo com as pessoas entrevistadas, avanços importantes foram também alcançados no setor da pesca, como o reconhecimento do direito à aposentadoria para as pescadoras.

Uma outra consequência importante dessas transformações mais recentes diz respeito à emergência e à institucionalização de novos espaços de diálogo e negociação entre a sociedade civil, o Estado e o setor privado. Durante a pesquisa, foram constatados vários espaços que se diferenciam em função da sua origem, dos

¹⁴ Desde a década de 1980, houve uma forte evolução das atividades desenvolvidas por essas coalizões ambientalistas. Elas passaram de simples atividades de denúncia a um envolvimento mais consistente com a criação e a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável para a população local.

seus objetivos e do seu nível de institucionalização. Neste sentido, podemos destacar:

- os *espaços de origem privada*, que podem mobilizar atores do setor público (técnicos ou representantes do governo local ou estadual), a exemplo do Centro Comunitário de Ibiraquera, no litoral centro-sul, do Instituto Boi Mamão, do Museu do Mar e dos Clubes de Mães no litoral centro-norte; e
- os *espaços de origem pública*, visando a implementação de políticas públicas necessitando de uma forte implicação da sociedade civil (conselhos gestores de áreas de preservação ambiental, conselhos de desenvolvimento econômico e social, conselhos de segurança alimentar, colegiado territorial, comitês de bacias, planos diretores municipais, processos de descentralização, sistemas de saúde, etc.).

Não faltam exemplos de inovações nas formas convencionais de negociação e de promoção do diálogo pluralista. No Brasil, multiplicaram-se os estudos de caso, ampliando o leque de conhecimento empírico validado sobre essa nova realidade. Mas, ao mesmo tempo, algumas limitações tornaram-se mais e mais nítidas. Na visão de alguns críticos, essas tentativas de democratização dos espaços de tomadas de decisão se tornam um novo e peculiar arranjo para a legitimação dos sistemas de dominação tradicionais (RODRIGUES, 2010, p. 20).

Neste caso, a assimetria de poderes entre os atores sociais envolvidos ainda não está sendo equacionada de forma convincente. As evoluções recentes que apontam no sentido do modelo de DTS continuam, assim, dependentes da qualidade das iniciativas locais e da presença de uma *comunidade cívica* (PUTNAM, 1996).

Apesar desses limites, as mudanças recentes, do ponto de vista econômico e político, parecem estar estimulando a inserção de uma parte dos atores que não faziam parte das elites locais e que passaram a contribuir ativamente para a experimentação, com novas estratégias territoriais de DTS na região. Podemos mencionar, neste sentido, as experiências do *Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera* e do Conselho Gestor da *Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca* (CONAPA). Essas duas experiências emergiram no início da década passada, envolvendo organizações comunitárias, o Ministério do Meio Ambiente e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ambas podem ser consideradas como coalizões norteadas pela busca de fortalecimento da sociedade civil e, por

implicação, pela criação de sistemas mais integrados de regulação e controle social, num cenário de enfrentamento consequente dos desafios colocados pelo agravamento dos problemas socioambientais locais.

Resta-nos, finalmente, situar esses novos “jogos de atores” em perspectiva, considerando o surgimento das novas políticas territoriais e indagando como as políticas e os programas governamentais estão se posicionando face a essas relações ao mesmo tempo conflituosas e cooperativas.

4.5.3. Os “jogos de atores” no contexto das novas políticas territoriais rurais

As recentes políticas de desenvolvimento rural rompem com a lógica estruturante dos programas anteriores, essencialmente focados na transferência de tecnologia e na distribuição de insumos e de conhecimentos externos ao cenário local. A intenção agora é valorizar a base de recursos locais (capital social e humano, produtos diferenciados, serviços específicos), estimulando ao mesmo tempo a concepção de novas formas de *governança territorial*. Essas políticas vêm sendo concebidas e desenvolvidas desde a década de 1990. Em geral, o seu campo de ação é supra-municipal e refere-se, preferencialmente, a um espaço geográfico socialmente construído. Os agentes locais envolvidos nesses programas têm uma relativa autonomia de decisão no desenvolvimento e implementação dos projetos. Enfatiza-se a promoção dos recursos locais, a diversificação das atividades agrícolas e inovações em sua forma de produzir, transformar e comercializar os produtos. E, finalmente, busca-se incorporar a preocupação com a conservação dos recursos naturais de uso comum.

Neste contexto, com base em Bonnal e Kato (2010), verificou-se que estão em curso, atualmente, nos dois territórios, várias políticas de apoio a projetos locais impulsionadas pelo Governo Federal. O setor público determina as principais diretrizes e identifica as áreas de ação a partir de uma série de indicadores sócio-produtivos. Os atores desses “novos” territórios são convidados a desenvolver projetos que passam a ser validados pelas instâncias superiores de gestão. Aqui, a noção de território “construído” pelos atores não é vista como um pré-requisito: os critérios para a delimitação dos territórios estão relacionados principalmente com a concentração de agricultores familiares em assentamentos rurais, ou com a presença de povos indígenas. Entretanto, o uso do diagnóstico participativo e a

fixação de prioridades antes da definição das estratégias de ação a serem adotadas pelos atores envolvidos torna-se uma condição necessária.

Essa nova forma de intervenção do setor público tem gerado inovações nos sistemas de governança e estimulado o surgimento de organizações territoriais dotadas de personalidade jurídica. Entretanto, alguns autores ponderam que não existe ainda nenhum programa considerado capaz de permitir uma implementação satisfatória do conjunto de elementos contidos na chamada *abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Além disso, o processo de mudança institucional correspondente encontra-se ainda em estágio embrionário (FAVARETO, 2009a).

A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e da Aquicultura se insere nesse novo formato de ação pública. Ela pressupõe o mesmo conceito que vem sendo utilizado pelo Programa *Territórios da Cidadania*,¹⁵ promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sua implementação teve início com a conformação de colegiados territoriais, investidos na identificação das demandas prioritárias das populações e na construção participativa de um plano de desenvolvimento territorial sustentável – um instrumento que define um leque de projetos prioritários e ordena a captação de investimentos do Governo Federal (MEYNARD, 2010). Todavia, até o momento, ela não tem sido devidamente apropriada pelas comunidades de pescadores, entendidos como seus beneficiários finais. As lideranças do setor avaliam positivamente a iniciativa, mas reconhecem que sua concretização dependerá, principalmente, da capacidade de articulação dos atores – que se encontra ainda em processo, mediante o funcionamento dos colegiados territoriais. Do nosso ponto de vista, a construção desses novos espaços de negociação poderia estimular a valorização dos territórios das comunidades pesqueiras tradicionais e também de suas identidades culturais. Os formuladores dessa política reconhecem ainda o importante papel desempenhado pelas mulheres no processo de encadeamento de sistemas produtivos de base familiar. Os próprios pescadores convergem, neste sentido, como atestam as deliberações tomadas em 2004, por ocasião do *1º Encontro Nacional de Pescadoras e Aquicultoras*, estendendo a elas os atuais benefícios trabalhistas.

¹⁵ Criado em 2008, “cujo intuito é congrega um conjunto de iniciativas dispersas por quase duas dezenas de ministérios e estruturas de governo e destinadas ao desenvolvimento do Brasil profundo, do Brasil rural” (FAVARETO, 2009b, p. 54).

Considerações finais

Os resultados apresentados confirmam a existência de uma trajetória singular de desenvolvimento na região costeira de Santa Catarina, caracterizada pela sua forte endogeneidade, pela sua capacidade de gerar sistemas de especialização flexível, e por um estilo de vida das comunidades rurais propício ao desenvolvimento de novas atividades de prestação de serviços e de empregos temporários. Assim, a emergência de novas dinâmicas territoriais na região litorânea tem afetado profundamente as comunidades rurais, mas sem comprometer a sua existência. Evidenciou-se que o principal fator de desenvolvimento da região diz respeito aos processos de diversificação produtiva, com ênfase na industrialização, e também de urbanização, bem como que a coexistência de várias dinâmicas e suas relações de sinergia/dependência/concorrência pode ser considerada como o fator decisivo numa avaliação das condições gerais de viabilidade do enfoque de DTS na zona costeira catarinense.

Importa salientar ainda, do ponto de vista das mudanças constatadas em termos de perfis de renda, consumo e distribuição de renda, que a região costeira catarinense vem experimentando uma tendência de forte crescimento econômico, mas com pouca redução das desigualdades sociais, além de um processo de intensificação dos focos persistentes de degradação ecossistêmica. Neste contexto, verificamos que os “jogos de atores em sistemas de ação coletiva” apresentam, atualmente, pontos de estrangulamento importantes que deverão merecer uma consideração mais atenta dos pesquisadores e tomadores de decisão nos próximos tempos. Isto na medida em que não foi ainda rompida a dominância do modelo assimétrico tradicional de relacionamento entre: (i) uma elite agrária dominante; e (ii) um mosaico de comunidades rurais que dispõem de um poder de interferência ainda muito restrito nos espaços de tomada de decisão sobre projetos alternativos de desenvolvimento territorial. As inovações institucionais ou organizacionais continuam reproduzindo ou fortalecendo os “notáveis”, no bojo de uma cultura política essencialmente conservadora e clientelística. Isso nos leva a concluir que, apesar das evoluções, o modelo econômico de especialização flexível tem se revelado pouco eficaz no enfrentamento dos desafios que cercam a inclusão social das comunidades rurais e a promoção da qualidade de vida das populações sediadas nos espaços rurais costeiros de Santa Catarina.

Vale a pena ressaltar que tais processos não estão voltados para a valorização do patrimônio cultural das comunidades rurais. Contudo, a evolução dos principais *drivers* das dinâmicas socioeconômicas confirma o surgimento de novas demandas, que envolvem o conjunto dos atores sediados no território costeiro (comunidades rurais e os outros) e valorizam, em termos de *ativos específicos*, um conjunto de fatores ambientais e culturais (PECQUEUR, 2000). Portanto, do nosso ponto de vista o maior desafio para os próximos tempos diz respeito à construção de pontes e ao reforço de alternativas capazes de promover uma relação de complementaridade entre as várias dinâmicas em curso. Isso implica a criação de inovações tanto no nível do “jogo de atores”, como no das modalidades de apropriação dos recursos naturais e culturais, além de um esforço de construção progressiva de sistemas viáveis de *governança territorial*.

Ao que tudo indica, a superação desses desafios deverá depender da concepção de um novo estilo de desenvolvimento, não só socialmente incluyente e descentralizado, mas, também, cada vez mais sensível à complexidade envolvida na criação de um sistema de gestão integrada e compartilhada dos ecossistemas costeiros. O enfoque de planejamento de estratégias flexíveis de *desenvolvimento territorial sustentável* nos parece oferecer pistas inovadoras, mas ainda frágeis, que apontam nessa direção.

SYNERGIES AND CONFLICTS IN COPING WITH TERRITORIAL DEVELOPMENT IN THE COASTAL ZONE OF SANTA CATARINA STATE

Abstract:

This article provides a synthesis of the most relevant results of a project inserted in an integrated research programme focusing on Rural Territorial Dynamics in Latin America. The coastal zone of Santa Catarina State, in the south of Brazil, was chosen as an experimental area to test the fitness of a model that explores the interconexions between stakeholders, institutional arrangements and patterns of natural resources use and management. The authors address several kinds of impacts of three territorial dynamics observed in this area, bringing together issues related to economic growth, social inclusion, political decentralization, bio/sociodiversity conservation and socio-ecological viability. Moreover, they review the complexity of the synergic-antagonistic relationships involving these dynamics in the recent times.

Keywords: Sustainable territorial development. Territorial resource. Local productive systems. Traditional communities. Civic community.

SINERGIAS Y CONFLICTOS ENTRE DINÁMICAS TERRITORIALES DE DESARROLLO EN LA ZONA COSTERA DEL ESTADO DE SANTA CATARINA

Resumen:

Este artículo contiene una síntesis de un proyecto involucrado en un ambicioso programa de investigaciones comparativas sobre Dinámicas Territoriales Rurales en América Latina. La zona costera del Estado de Santa Catarina fue elegida como unidad experimental de investigación prospectiva de nuevas estrategias de desarrollo rural ecológicamente viables y con identidad cultural. El enfoque adoptado abarca las complejas interrelaciones entre *stakeholders*, arreglos institucionales, políticas públicas y modalidades de apropiación, uso y gestión del patrimonio natural y cultural. Las autoras presentan el contexto de emergencia y las líneas maestras de evolución de las dinámicas de desarrollo territorial observables en esta área. Además, elucidan los múltiples efectos de esas dinámicas en términos de crecimiento económico, de inclusión social, de descentralización política, de valorización de la diversidad cultural y de prudencia ecológica. El texto identifica la coexistencia de tres dinámicas territoriales en curso y contiene un análisis de sus condicionantes estructurales. Más adelante, se centra la discusión en las relaciones de sinergia/dependencia/competencia entre las tres dinámicas, que están impulsando la formación de nuevas coaliciones, de nuevas iniciativas públicas o privadas, de nuevos proyectos colectivos e, incluso, de nuevas dinámicas territoriales híbridas.

Palabras-clave: Desarrollo territorial sostenible. Recursos territoriales costeros. Sistemas productivos localizados. Comunidades tradicionales. Comunidad cívica.

Referências

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA 1998.

ANDION, C. **Atuação das ONG nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO**. 2007. 427 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2007.

BONNAL P.; KATO K. **Análise comparativa de políticas públicas de desenvolvimento territorial**. Relatório final. OPPA/CPDA/UFRRJ. Brasília: IICA, 2010.

BORCHARDT, I. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: SDS/Instituto Cepa/SC, 2003.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de estudos feministas**, v. 12, n. 1. 2004.

CAPELLESSO A. J. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense**. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis, 2010.

CAZELLA A. A.; BONNAL P.; MALUF R. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2009. p. 47-70.

CEPA/EPAGARI – **Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina**, Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CORDEIRO, E. F. **Sistemas Agroalimentares Territorializados (SALTs) no litoral centro-sul de Santa Catarina** - um estudo de caso do sistema agroecológico de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, UFSC, 2010.

DIEGUES, A. C. S. A. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, v. 3, n. 2. 1999.

DURAN, P.; THOENIG, J. C. De la régulation croisée à l'institutionnalisation de l'action collective. Les transformations de la gestion publique territoriale. In: **Congrès de l'Association Française des Sciences Politiques**. Aix-Provence, avril, 1996.

FAVARETO, A. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Documento de Trabajo n° 26. Rimisp, Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Santiago, 2009a.

FAVARETO, A. Três momentos na evolução recente da gestão social do desenvolvimento territorial – dos conselhos municipais de desenvolvimento rural aos Territórios da Cidadania. In: BACELAR, T. et al. **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA, 2009b. p.53-65 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 10).

FRASSON, A. Situação dos recursos naturais em Santa Catarina. In: CAUBET, C. **Manejo alternativo de recursos hídricos**. Florianópolis: EDUFSC, 1994. p. 87-98.

GUMUCHIAN, H. et al. **Les acteurs - ces oubliés du territoire**. Paris: Anthropos, 2003.

IBAMA – **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**, 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de jul. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 10 jul. 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2000. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 10 jul. 2013.

KÜHNEN, A. **Lagoa da Conceição – Meio ambiente e modos de vida em transformação**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

LACERDA, E. P. **O Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade**. 2003. 291 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFSC, Florianópolis, 2003.

LEONEL, M. P. **Diagnóstico dos setores da agricultura familiar e pesca artesanal na Zona Costeira Catarinense**: Estudo de caso no município de Paulo Lopes. Monografia (Graduação em Agronomia) - Curso de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis, 2010.

LESAGE A., **La diversité d'une agriculture familiale dans un contexte d'urbanisation du territoire agricole**: Diagnostic agricole de la municipalité d'Itajaí (Brésil). 2010. 125 p. Monografia (Graduação em Agronomia) - Curso de d'ingénieur agronome d'agrosup dijon, "specialisation agronomie tropicale", l'institut des regions chaudes-montpellier supagro, Montpellier, 2010.

MACHADO, M. **Relatório final do projeto interdisciplinar Indústria Catarinense e Ecodesenvolvimento**. Florianópolis: UFSC, 1996.

MARTINEL, B. **Les circuits courts le long du littoral du Santa Catarina**: un outil de préservation de l'Agriculture Familiale entre relais vers un système agricole familial durable et tribune d'expression. 2010. 169 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculté de Géographie, Histoire, Histoire de l'Art et Tourisme *Mention Etudes Rurales* Université Lumière Lyon, France, 2010.

MEYNARD, F. V. **Análisis del proceso de elaboración de la Política de Desarrollo Territorial de Pesca y Acuicultura**; Territorio Litoral Sul Catarinense. 2010. 81 p. Master (Agrimundus IRC) - Montpellier SUPAGRO, Montpellier, 2010

PECQUEUR, B. **Le développement local**. Paris: Syros, 2000.

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. Nova Yorque: Basic Books, 1989.

PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2000.

PUTMAN, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RANABOLDO, C.; SCHEJTMAN, A. **El valor del patrimonio cultural**. Territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas. Lima: Instituto de Estudios peruanos / Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. 2009

RODRIGUES, H. C. L. **Subsídios para proposta do plano de Ordenamento Pesqueiro da APA da Baleia Franca**. Relatório Produto 3. 2010.

SANTUR – **Santa Catarina Turismo S/A**. 2010. Disponível em: <www.santur.sc.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SCHERER-WARREN, I. Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 5, p. 13-35. 2004.

STROPASSOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista de estudos feministas**, v. 12, n. 1, 2004.

VASCONCELOS, M.; DIEGUES; A. C. S. A.; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. L. **Nas Redes da Pesca Artesanal**. Brasília: IBAMA – MMA, 2007.

VIEIRA, P. F. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

Dossiê:

Recebido em: Setembro de 2013

Aceito em: Outubro de 2013